



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL EM

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0294315-3

IMPETRANTE: ALDO RIBEIRO DA SILVA

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE IGARASSU

RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA – INDEFERIMENTO DA INICIAL – AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO – DECISÃO DE MAGISTRADO FUNDADA EM PROVIMENTO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA – AGRAVO REGIMENTAL – RECURSO IMPROVIDO.

1. A Resolução da OAB 02/2011 não pode modificar normas internas do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco cuja autonomia deve ser respeitada e preservada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Desembargadores Integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em **negar provimento** ao presente recurso, tudo nos termos do voto do Des. Relator, ata de julgamento e Notas Taquigráficas que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 26 de março de 2023


DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
RELATOR



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL EM

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0294315-3

IMPETRANTE: ALDO RIBEIRO DA SILVA

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE IGARASSU

RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

RELATÓRIO

Irresignado com a decisão terminativa que indeferiu a inicial neste Mandado de Segurança, o impetrante interpõe **Agravo Regimental** para o fim de ser enfrentado o mérito e dizer esta Câmara qual a legislação aplicável ao exercício de suas atividades de advogado sem fazer uso do paletó, insistindo que há direito líquido e certo emanado do art. 58, XI, do Estatuto da OAB, c/c art. 14, XIX, do Regimento Interno da OAB, cujo texto é conflitante com o provimento do Conselho da Magistratura do TJPE, baseado este em “legislação própria”.

Em síntese, é o relatório.

Recife, 25 de março de 2013


DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

RELATOR



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

VOTO

Tivesse o cuidado de ler a decisão, teria visto o agravante que o Provimento do Conselho da Magistratura fundamenta-se nas disposições dos arts. 96, I, "a", 99, *caput* e art. 125, § 1º da Constituição Federal, arts. 46, 47 e 48 da Constituição do Estado de Pernambuco.

Por federal que seja a legislação invocada pelo impetrante, não tem a OAB como ditar normas internas ao Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, cuja autonomia deve ser preservada e respeitada.

E sendo certo que o Poder Judiciário regula e disciplina o funcionamento de sua própria casa proferi nos autos do Mandado de Segurança n. 0294315-3, a decisão terminativa do seguinte teor:

"Este Mandado de Segurança é impetrado contra ato do Exmo. Sr. Dr. Juiz da 2ª Vara da Comarca de Igarassu-PE, que, nos autos da Ação Ordinária n. 0002276-43.2012.8.17.0710, designou outra data para realização da audiência instalada em 04/12/2012 a pretexto de que o advogado ora impetrante não se encontrava adequadamente trajado conforme cópia da ata, fls.11/12.

Transcreve o impetrante Resolução da OAB n. 02/2011 cujo art. 1º faculta aos advogados a utilização de vestimenta que exclui o paletó e a gravata, para comparecimento a secretarias e cartórios, realização de audiências e despachos com magistrados.

Requer a concessão de liminar "inaudita altera pars" garantindo-lhe o exercício profissional sem o uso obrigatório do paletó e, a final, a segurança, nos mesmos termos .



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Em síntese, é o relatório. Decido.

O assunto já está disciplinado pelo Provimento n. 02, de 14/04/2011, publicado no DJE de 15/04/2011, do Eg. CONSELHO DA MAGISTRATURA DE PERNAMBUCO, do seguinte teor:

PROVIMENTO Nº 02 DE 14/04/2011 (DJE 15/04/2011)

O EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o teor do ofício nº 113/2011-GP-OAB/PE e da Resolução nº 02/2011 editada pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco;

CONSIDERANDO a deliberação tomada por este Conselho da Magistratura nas consultas formuladas pelos magistrados Marcone José Fraga do Nascimento, Teodomiro Noronha Cardozo e Blanche Maymone Pontes Matos (procedimento nº 000020/2011-0 CM); CONSIDERANDO os termos do disposto nos art. 96, I, a, art. 99, caput, e art. 125, §1º, da Constituição Federal, bem como o que dispõe a Constituição do Estado de Pernambuco nos artigos 46, 47 e 48; CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 11, V, do Regimento Interno do Conselho da Magistratura, figura, entre as atribuições do órgão, dispor, mediante provimento, sobre as medidas que entender necessárias ao regular funcionamento da justiça, ao seu prestígio e à disciplina forense;

RESOLVE:

Art 1º - DETERMINAR a obrigatoriedade do uso de traje formal ou vestes talares, quando disponibilizadas estas, durante os atos solenes do Juízo, bem como nas audiências, sessões do Tribunal do Júri e sessões de julgamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

§1º - Consideram-se trajes formais, para os homens, o uso de terno e gravata; e, para as mulheres, saia ou calça social e blusa, ou vestido.

§2º - O disposto no caput do artigo 1º não se aplica às partes, testemunhas e auxiliares do juízo.

Art. 2º - Para os demais atos que não guardem pertinência com a prática das formalidades descritas no art. 1º, fica facultada aos profissionais a escolha sobre os critérios da própria vestimenta, desde que compatível com o decoro e a austeridade do Poder Judiciário.

Art. 3º - Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Recife, 14 de Abril de 2011

Desembargador José Fernandes de Lemos

Presidente do Conselho da Magistratura do Estado de Pernambuco



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Não há, portanto, direito líquido e certo do impetrante a proteger, pois o órgão competente para regular a conduta do magistrado não é a OAB, nem tampouco a decisão do juiz reveste-se de ilegalidade ou abuso de poder, amparado que estava pelo Provimento ora transcrito.

Ante o exposto, sem outros questionamentos pois incabível o Mandado de Segurança, indefiro a inicial e o faço com esteio no art. 10 da Lei 12.016/2009.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Sem maiores acréscimos, nos termos do Parágrafo Único do art. 159 do Regimento Interno, conheço deste recurso e nego-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão agravada.

É o meu voto.

Recife, 26 de *Verão* de 2013.

[Assinatura]
DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
RELATOR

.....

Regimento Interno

Art. 159 - Nos mandados de segurança de competência originária dos órgãos do tribunal, o processo será o previsto na legislação pertinente, competindo ao relator todas as providências e decisões até o julgamento.

Parágrafo Único - Se o relator indeferir a petição inicial, conceder ou negar a segurança liminar, caberá agravo regimental, em cujo julgamento terá direito a voto.